

Como engajar sobreviventes de tráfico humano

Os sobreviventes têm um papel vital no combate ao tráfico humano. Os sobreviventes não devem ser vistos somente como recebedores de serviços; eles dirigem organizações, militam em legislativos, treinam agentes da lei, fazem conscientização pública e trabalham com autoridades governamentais. A voz dos sobreviventes é vital para estabelecer estratégias eficazes de combate ao tráfico que englobem processos penais, proteção e prevenção. Com a instituição do Conselho Consultivo dos Estados Unidos sobre Tráfico Humano em dezembro de 2015, foi criada uma plataforma formal para os sobreviventes do tráfico humano aconselharem e fazerem recomendações ao governo federal sobre políticas e programas de combate ao tráfico. Isso foi um marco importante no movimento de combate ao tráfico, pois demonstra a sobreviventes e governos do mundo todo a importância da participação dos sobreviventes em todos os esforços para combater esse crime.

Governos, sociedade civil e empresas devem entender como interagir com os sobreviventes de forma apropriada e responsável, seja no sistema de justiça criminal, seja por meio da prestação de serviços, seja na adoção e implementação de políticas empresariais ou nos esforços para defender mudanças sociais. A lista a seguir, embora não seja exaustiva, delinea várias diretrizes para a interação significativa com os sobreviventes:

O que fazer:

- **Promover o empoderamento e a autossuficiência dos sobreviventes.** Para promover a autonomia, os sobreviventes do tráfico humano devem ter acesso a serviços abrangentes, centrados nos sobreviventes e culturalmente apropriados, incluindo atendimento de longo prazo. Além disso, os sobreviventes devem ter acesso a capacitação profissional, cursos de desenvolvimento de habilidades, aconselhamento financeiro e bolsas de estudo.
- **Usar uma abordagem centrada na vítima e baseada em traumas.** Toda a interação com os sobreviventes, bem como todo o trabalho de combate ao tráfico, deve incorporar uma abordagem centrada na vítima e baseada em traumas para minimizar a retraumatização e garantir um entendimento do impacto do trauma na pessoa.

A abordagem centrada na vítima procura minimizar a retraumatização associada com o processo da justiça criminal fornecendo o apoio de prestadores de serviços às vítimas, empoderando os sobreviventes como participantes envolvidos no processo e proporcionando aos sobreviventes oportunidades para desempenharem um papel no julgamento dos traficantes.

Uma abordagem baseada em traumas inclui um entendimento do impacto físico, social e emocional do trauma nas vítimas, bem como nos profissionais que as ajudam.

- **Contratar e remunerar.** Os sobreviventes sabem por experiência própria como melhorar os esforços de combate ao tráfico e devem ser contratados e remunerados por

seus conhecimentos. É importante que agências e organizações criem oportunidades para empregar os sobreviventes como membros de equipes, consultores ou treinadores. Os sobreviventes, como qualquer outro funcionário ou consultor, merecem compensação financeira por seu tempo e conhecimento.

- **Incorporar contribuições.** Órgãos governamentais, prestadores de serviços às vítimas, órgãos responsáveis pela aplicação da lei, organizações sem fins lucrativos e empresas devem ouvir atentamente as recomendações dos sobreviventes e incorporar suas contribuições tanto no projeto quanto na implementação de políticas, programas, treinamentos e do ativismo de combate ao tráfico.
- **Proteger a confidencialidade.** As agências e organizações que interagem com os sobreviventes devem proteger sua identidade e privacidade de maneira apropriada e definir políticas e procedimentos de confidencialidade.

O que não fazer:

- **Exigir participação.** Exigir que um sobrevivente participe de um programa tira dele a autonomia e o direito à autodeterminação. Os sobreviventes devem ser capacitados para tomar suas próprias decisões quanto ao atendimento que gostariam de receber.
- **Exagerar nas promessas.** Agentes da lei, prestadores de serviços às vítimas e órgãos governamentais devem evitar fazer promessas e assumir compromissos que não podem manter. Em particular, eles não devem prometer serviços para obter a cooperação do sobrevivente.
- **Retraumatizar.** Ao interagir com sobreviventes, não os pressione para recontarem suas histórias pessoais sem necessidade. Do mesmo modo, não compartilhe os detalhes da história de um sobrevivente sem ter permissão para tal e sem fornecer o contexto de como a informação será usada.
- **Sensacionalismo com a experiência do sobrevivente.** O uso de linguagem de baixo calão ou imagens chocantes para descrever o tráfico humano promove mitos e equívocos sobre esse crime e pode retraumatizar os sobreviventes.
- **Fotografar ou publicar informações sem consentimento.** É decisão do sobrevivente participar de qualquer esforço de divulgação, marketing, mídia social ou publicidade. Publicar o nome ou a história de um sobrevivente sem seu consentimento poderá comprometer sua segurança e seu bem-estar. Se um sobrevivente estiver disposto a tal, sempre pergunte como gostaria de ser descrito (por exemplo, sobrevivente, ativista, etc.) e permita que ele analise qualquer material para conferir a precisão antes da publicação.